

**VIOLÊNCIA ONLINE CONTRA JORNALISTAS MULHERES:
UMA ANÁLISE DE ESTUDO DA UNESCO À LUZ DO PENSAMENTO
BAKHTINIANO**

Lorena Cristina Castanheiro da Silva*

Assunção Cristóvão**

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar o documento 'The Chilling: Global Trends in Online Violence Against Women Journalists', produzido e divulgado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 2021. **Método:** Para a análise, utilizou-se o princípio dialógico do filósofo russo Mikhail Bakhtin para que, por meio de diretrizes sugeridas pela agência para o enfrentamento da violência contra mulheres jornalistas nas redes, suscita diálogos com diferentes esferas de atividade. **Resultados:** Os principais resultados do estudo, além do evidente aumento da violência e das ameaças contra mulheres jornalistas no ambiente das redes sociais; é a identificação dos principais interlocutores para que o problema seja amenizado diante de uma realidade do mundo atual: a presença cada vez maior de mulheres jornalistas nas redes sociais.

PALAVRAS-CHAVES: violência online; mulheres jornalistas; dialogismo; Unesco; REDES SOCIAIS.

ABSTRACT: The aim of this article was to analyze the document 'The Chilling: Global Trends in Online Violence Against Women Journalists', produced and disseminated by UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), in 2021. **Method:** For the analysis, the dialogical principle of the Russian philosopher Mikhail Bakhtin was used so that, through guidelines suggested by the agency for confronting violence against women journalists on the networks, it raises dialogues with different spheres of activity. **Results:** The main results of the study, in addition to the evident increase in violence and threats against women journalists in the social media environment; it is the

identification of the main interlocutors so that the problem is mitigated in the face of a reality of today's world: the increasing presence of women journalists in social networks.

KEYWORDS: online violence; female journalists; dialogism; Unesco; SOCIAL MEDIA.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, será feita uma análise do documento intitulado ‘The Chilling: tendências globais em violência online contra mulheres jornalistas’, fruto de uma pesquisa encomendada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e Cultura), datada do ano de 2021, que estrutura uma série de entrevistas com mulheres que foram vítimas de episódios de violência online enquanto exerciam funções jornalísticas. O documento ressalta a real necessidade de debater o assunto e o texto discrimina as orientações para ajudar a amenizar o problema, dirigidas a várias esferas da sociedade civil. O objetivo deste artigo é, portanto, a partir do pressuposto de que todo enunciado mantém relações dialógicas com outros enunciados, buscar identificar alguns dos discursos e interlocutores apontados pelo documento da Unesco para tratar desse fenômeno da modernidade, a saber: a presença de jornalistas mulheres nas redes sociais. Para amparar teoricamente a análise, será acionado o princípio de relações dialógicas desenvolvido pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin.

Por se tratar de uma pesquisa de graduação, em área distinta da Linguística -a saber, o Jornalismo -, e com duração de apenas um ano, optamos por não utilizar prioritariamente de fontes primárias para-a compreensão teórica. Em vez disso, decidimos usar como base para o entendimento das relações dialógicas a obra do pesquisador brasileiro José Luiz Fiorin *Introdução ao Pensamento de Bakhtin* (FIORIN, 2011).

Bakhtin é considerado filósofo da linguagem, e coloca o diálogo, em seu sentido estrito ou amplo, como a sua característica definidora. Assim, um texto não é constituído por um ponto de vista unilateral, ou seja, é necessária a interação entre dois ou mais discursos para a sua criação. Um enunciado abriga em si mesmo várias considerações referentes a outros, como se fosse um elo de uma corrente sem princípio nem fim. Ao tomar a palavra, o sujeito leva em conta a palavra do outro, seus valores, posicionamentos, ideologias e percepções.

Foi através do termo “dialogismo” que essa noção pôde ser percebida e explanada no presente trabalho. Indo mais a fundo, o entendimento de que a língua opera de forma dialógica por sua capacidade de expressar ideias e pensamentos, se materializa nos

enunciados quando um diálogo estabelece uma relação de sentido entre eles. Posto isto, a comunicação só é possível perante as perspectivas distintas.

Segundo Fiorin (2011, p. 11), referindo-se às palavras de Mikhail Bakhtin, o enunciado é o objeto do discurso. O significante gramatical deste objeto não representa a realidade aplicada na relação, pois é a interpretação que molda o diálogo e o significado das palavras passa a ser ideológico. Um exemplo apresentado por Fiorin no livro é a variação que a frase “é mulher” passa a ter após uma análise dialógica, na qual a afirmação “é mulher” pode representar força e resiliência como também pode representar uma ofensa pejorativa. Segundo Fiorin (2011, p. 12), “a ideia de significado não é fixa ou determinada por uma única voz”, ainda que, gramaticalmente, a língua em si não ofereça nenhuma oportunidade de ir contra o significado original das palavras, mas a tonalidade e o contexto podem oferecer efeitos de sentidos diversos. Para que haja uma interação de sentido entre os enunciados, um texto pode refutar, aceitar, acatar ou concordar com outro. Olha-se, dentro de um, a existência de um contexto e a entonação proferida.

Os três conceitos de dialogismo

No livro já citado, Fiorin discrimina três diferentes visões do termo dialogismo no pensamento bakhtiniano.

No primeiro, a voz encontrada no enunciado revela uma posição social e sempre que dialoga com outras vozes, propicia um debate moral inerente à sociedade. Essas são vozes individuais e expressam visões de mundo, orientações teóricas, tendências filosóficas e reflexões internas. Para afirmar isso, é necessário compreender que a noção de “Voz individual” e “voz social” não é algo tão simples.

A voz interna interage com valores externos a ela, ou seja, a voz social. Porém, um enunciado não pode ser inteiramente individual sem ser social. Para Fiorin (2011, p. 14, grifos do autor):

o sujeito bakhtiniano não está completamente assujeitado aos discursos sociais. Se assim fosse, negar-se-ia completamente a concepção de heteroglossia e de dialogismo, centrais na obra do filósofo. A utopia bakhtiniana é poder resistir a todo processo centrípeto e centralizador. No dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento. Nunca ele é submetido

completamente aos discursos sociais. A singularidade de cada pessoa no “simpósio universal” ocorre na “interação viva das vozes sociais”. Nesse “simpósio universal”, cada ser humano é social e individual.

As recomendações da UNESCO para minimizar as agressões online contra jornalistas serão avaliadas nessa perspectiva, ou seja, como um diálogo entre discursos com diversas esferas de atividade numa conjuntura tecnológica, social e econômica que modificou as relações da imprensa com o seu público, em especial no caso de jornalistas mulheres. O contraponto nas propostas só foi possível porque os enunciados se direcionam a um determinado destinatário e estão incluídos num contexto em que o avanço da tecnologia provocou uma revolução na atividade jornalística em que muitas jornalistas mulheres se expõem e, por isso, são vítimas fáceis de agressões, machismo e misoginia.

O segundo conceito, para Fiorin, situa-se mais na demarcação do sujeito citado num texto. Ele refere-se, por exemplo, a dois tipos de citações (2011, p.16):

- A) uma, em que o discurso alheio é abertamente citado e nitidamente separado do discurso citante, é o que Bakhtin chama discurso objetivado;
- B) outra, em que o discurso é bivocal, internamente dialogizado, em que não há separação muito nítida do enunciado citante e do citado.

Neste caso, a forma “a” representa o discurso direto e a forma “b” representa o discurso indireto.

No terceiro conceito, segundo Fiorin, o mundo interior é a interação entre discursos com vozes sociais. A realidade social transmite influências na realidade individual. O contexto e a entonação, assim como o debate entre ambas e a forma como Y define X, estão relacionadas a um tema específico de interlocutor e contexto.

O diálogo interno não ocorre de modo uniforme, dependendo unicamente do externo para ser construído; mas ocorre imaginativamente como uma forma de resposta. Cada resposta é singular. Isso porque, a interação depende do contexto social e linguístico. E cada tempo tem algo que o distingue de outro.

A conclusão toda a partir disto é que a realidade do discurso é histórica. Fiorin finaliza o capítulo 2, portanto, com a frase, “a história não é exterior ao sentido, mas é interior a ele, pois ele é que é histórico, já que se constitui fundamentalmente no confronto,

na contradição, na oposição das vozes que se entrecrocaram na arena da realidade”. Ou seja, o objetivo será alcançado a partir do ponto da história onde as mulheres jornalistas estão inseridas, e as determinações para o texto emitido pela UNESCO em prol delas.

O DOCUMENTO DA UNESCO

Escrito pelas autoras Julie Possetti, Nabelah Shabbir, Diana Maynard, Kalina Bontcheva e Nermin Aboulez, o documento da UNESCO traz dados estatísticos sobre a violência sofrida por jornalistas e inclui informações de casos recentes que aconteceram ao redor do mundo. As ações se diversificaram em assédio, ameaças, difamação e intimidação.

Nesse sentido, as autoras apresentaram uma análise detalhada dos dados, evidenciando as tendências globais da violência online contra jornalistas mulheres, sendo que, no estudo, 174 mulheres se identificaram como editoras e especialistas internacionais em liberdade de expressão, direitos humanos e segurança digital.

O documento destaca a importância de gerar políticas e medidas de prevenção e proteção contra ocorrências, e sugere ações direcionadas à mídia, às plataformas, entre outros. A mídia partidária (sendo esta dividida entre partidos políticos) pode amplificar os ataques e desencadear Haters, aumentando o risco da violência online se tornar agressões offline. As plataformas são os principais vetores, mas os empregadores de mídia devem assumir a responsabilidade de garantir um ambiente de trabalho seguro.

As jornalistas são obrigadas a denunciar, bloquear, silenciar e restringir os agressores. A prática nem sempre é segura, pois gera represálias, além de exercer grande pressão sobre a vítima.

As falhas estruturais atuais nas redes sociais contribuem para atos de má fé voltados contra essas mulheres, e o que acontece é que muitas organizações de notícias confiam nas plataformas. Embora os empregadores da mídia tenham feito algum progresso em lidar com a violência online, ainda houve tentativas de responsabilizar somente as empresas responsáveis pelas redes.

A violência assumiu muitas formas, e ataques sexualizados extremos são vistos com frequência. A discriminação cruzada com o racismo, a homofobia e a misoginia causam um aumento no impacto desses ataques.

As mulheres entrevistadas relataram efeitos negativos significativos sobre suas vidas no emprego, principalmente por conta de danos psicológicos e na produtividade. Ao apontar os ataques, 25% delas receberam respostas inadequadas aos seus problemas, ou nenhuma

resposta; 2% receberam a culpa por terem “provocado” os ataques; 11% falaram com a polícia e apenas 8% tiveram ações legais iniciadas.

Para ilustrar os incidentes, resumimos neste artigo o caso simplificado de duas jornalistas. A primeira é filipino-americana, Maria Ressa. Fundadora do site de notícias Rappler, Ressa enfrentou uma campanha massiva e destrutiva de abusos online, juntamente com ameaças e assédio, durante as eleições filipinas de 2016. A violência ocorreu com centenas de milhares de postagens no Facebook e no Twitter entre 2016 e 2021.

Seu caso foi estudado através do uso de técnicas de processamento de linguagem natural (NLP) e determinou quase 400.000 tweets direcionados à jornalista em apenas 13 meses. No Facebook foram identificados posts de 4.176.326 usuários, publicados entre 68.000 páginas e 26.000 grupos. 50% de todas as mensagens abusivas estão em inglês.

A segunda é britânica, Carole Cadwallader, jornalista premiada pelo trabalho investigativo que expôs o escândalo Facebook-Cambridge Analytica. Cadwallader se tornou alvo após publicarem a primeira reportagem sobre 87 milhões de usuários comprometidos pelo Facebook, o que resultou em muitas históricas para o gigante da rede social.

Os dados foram coletados entre dezembro de 2019 e janeiro de 2021 e, nesse período, 10.400 casos de abuso contra Cadwallader foram separados e identificados como um conjunto de 2.1 milhões de Tweets em inglês. Em resposta, a jornalista propôs que lidar com a violência online é uma via de mão dupla dentro das organizações de notícias.

Campanhas com base na construção de redes de apoio enredam as preocupações finais do documento em razão da impunidade em torno dos ataques. Mas é importante enfatizar que as informações apresentadas pelas autoras do estudo não refletem a posição oficial da UNESCO sobre a jurisdição e fronteiras de qualquer país citado.

Por sua vez, neste documento, o órgão da UNESCO sugere 28 recomendações respaldadas na ideia de que as leis devem garantir os direitos de proteção de mulheres jornalistas online, de forma similar às que são garantidas offline.

RECOMENDAÇÕES

O documento da UNESCO é finalizado com recomendações para várias esferas de atividade com o objetivo de reduzir e encontrar formas de lidar com ataques às mulheres jornalistas no ambiente on-line.

Para empreendemos uma análise na perspectiva das relações dialógicas bakhtinianas, o primeiro passo será identificar os interlocutores diretos das recomendações, deixando claro

que o diálogo empreendido discursivamente não se restringe a esses, mas a diversos outros discursos anteriores e a outros que virão, como é típico de qualquer enunciado na perspectiva de Mikhail Bakhtin.

Entretanto, podemos enumerar, como interlocutores diretamente nomeados: 1) Organizações governamentais, incluindo a Unesco; 2) Estados individuais; 3) partidos e atores políticos; 4) plataformas digitais; 5) organizações de mídia; e 6) organizações e doadores da sociedade civil.

Este artigo optou, para efeito de objetividade – dado o caráter breve do texto –, por analisar dois desses interlocutores diretos: organizações de mídia e plataformas digitais. Para o primeiro grupo, seguem, resumidamente, as recomendações constantes do documento:

- Reconhecer a violência online de gênero como um problema de segurança no local de trabalho vivenciado por seus jornalistas (sejam funcionários ou freelancers).
- Assegurar que a violência online seja entendida como “real” e que os danos psicológicos sofridos pelas mulheres jornalistas atacadas sejam reconhecidos como graves.
- Reconhecer o aumento dos riscos e impactos enfrentados pelas mulheres jornalistas no nexo de misoginia, racismo, intolerância religiosa, homofobia, transfobia e outras formas de discriminação que exigem reconhecimento nas diretrizes editoriais e protocolos de resposta à violência online.
- Reconhecer a correlação (é possível vínculo causal) entre violência online e ataques offline e responder adequadamente, garantindo que as estratégias defensivas envolvam segurança física, segurança digital, apoio psicossocial (incluindo acesso a aconselhamento especializado em traumas), respostas editoriais e legais assistência.
- Não responsabilizar as mulheres jornalistas por sua própria proteção e defesa.
- Desenvolver ou melhorar protocolos de redação para abordar a violência online contra mulheres jornalistas, reconhecendo sua exposição adicional ao risco, adequando-os para que respondam à natureza mutável da violência online de gênero.
- Garantir que esses protocolos levem em conta contextos de plataformas de mídia social, desinformação viral, extremismo de extrema direita e redes de conspiração.

- Estabelecer procedimentos e sistemas que abranjam tanto o pessoal quanto os freelancers.
- Cobrar das autoridades proteção contra os perpetradores e processá-los nos países e circunstâncias em que seja seguro fazê-lo
- Coletar e analisar dados relacionados à violência online e seus efeitos, vivenciados por funcionários e freelancers, e criar um banco de dados por gênero de ocorrências específicas para ser usado internamente para manter e revisar os protocolos sob revisão e disponibilizá-lo a pesquisadores de confiança, para que a natureza mutável dos ataques possa ser monitorada e a eficácia da ação corretiva possa ser avaliada.
- Realizar treinamento para funcionários e freelancers.
- Nomear um Editor de Segurança Digital com capacidades e responsabilidades que unam funções editoriais, segurança digital e segurança jornalística.
- Designar uma pessoa ou equipe para lidar com o monitoramento e relatos de ataques em plataformas, mensagens privadas, e-mail e em diferentes dispositivos quando uma jornalista for atacada.
- Liderar pelo exemplo: criar uma cultura empresarial de igualdade de gênero e tolerância zero para ameaças e assédio (online ou offline) contra funcionários ou mulheres jornalistas.
- Estabelecer procedimentos claros e transparentes relacionados ao conteúdo e moderação de comentários em sites corporativos, juntamente com diretrizes claras da comunidade, e treinar a equipe.
- Responsabilizar as empresas de mídia social por meio de reportagens investigativas e pela defesa da liberdade da mídia e da segurança dos jornalistas, independentemente dos vínculos comerciais com as plataformas.
- Usar o jornalismo investigativo e de dados como contramedidas para aumentar a conscientização sobre a violência online de gênero e para investigar e expor os perpetradores (incluindo ataques orquestrados e/ou patrocinados pelo Estado).
- Garantir que a cobertura evite inflamar mobs online visando mulheres jornalistas, amplificando e legitimando seus ataques.
- Não “culpar a vítima”, reconhecendo que ela não é culpada pelo abuso, assédio ou ameaças a que é submetida. “Não alimente os trolls” é uma resposta inadequada.

- Garantir que as políticas de uso de mídia social representem uma “via de mão dupla” – na qual as obrigações do jornalista de utilizar profissionalmente nas mídias sociais são acompanhadas pelo compromisso de apoiá-lo e defendê-lo quando for atacado.
- Trabalhar em colaboração com outras organizações de mídia, associações profissionais e organizações da sociedade civil para monitorar a violência online, criar modelos integrados de avaliação de risco, avaliar modelos de recuperação e criar diretrizes, sistemas de apoio e treinamento padrão do setor.
- Cobrar dos governos o reconhecimento de que a violência online dirigida a jornalistas é um ataque à liberdade de expressão (incluindo a liberdade de imprensa) e que tem um impacto desproporcional sobre mulheres e jornalistas marginalizados.
- Cobrar das empresas de mídia social entendimento das necessidades especiais das mulheres jornalistas e criação de unidades de resposta rápida focadas na segurança dos jornalistas, com atendimento humano.
- Apoiar a regulamentação para responsabilizar as empresas de mídia social pela segurança das mulheres jornalistas em suas plataformas.
- Agir de acordo com a recomendação de novembro de 2021 do Grupo de Especialistas do Conselho da Europa sobre Ação contra a Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, que incentiva as organizações de mídia e os sindicatos de jornalistas a “tomar medidas concretas para erradicar a discriminação de gênero, atitudes de culpabilização das vítimas e violações de a privacidade das vítimas de violência de gênero contra as mulheres e seus filhos em todas as suas atividades jornalísticas.

O segundo grupo que destacamentos são as Big Techs. Seguem as recomendações elencadas no documento:

- Revisar continuamente as políticas, algoritmos e processos de moderação, para abordar a natureza evolutiva da violência online baseada em gênero, e trabalhar em estreita colaboração com mulheres jornalistas e grupos da sociedade civil para desenhar novas soluções.
- Desenvolver sistemas de denúncia de abuso mais sofisticados, com capacidade de subir a escalões superiores oferecida a mulheres jornalistas sob ataque (e seus

empregadores), reconhecendo suas vulnerabilidades particulares e as implicações para a liberdade de imprensa.

- Implementar uma abordagem coordenada de múltiplas partes interessadas para proteger mulheres jornalistas da violência online que reúna todas as plataformas, mulheres jornalistas, sociedade civil, organizações de notícias, governos e especialistas independentes – em nível nacional e internacional.
- Iniciar uma cooperação plataforma-plataforma, uma vez que a violência online muitas vezes salta entre as plataformas e explora as fraquezas de cada uma.
- Implementar medidas proativas que revertam o ônus das mulheres vítimas terem que denunciar violência online para que ações comecem a ser adotadas. Isso pode envolver o uso de moderadores humanos e tecnologia de inteligência artificial para filtrar com mais eficácia ameaças, abuso e assédio no ponto de origem.
- Reter dados que documentam ataques para ajudar vítimas que desejam acessá-los e usá-los para pesquisa ou ação legal. Essas medidas também podem estar vinculadas a processos de monitoramento para desenvolver um “sistema de alerta precoce”³² para proteger melhor as mulheres jornalistas no início, ou no meio de um ataque.
- Criar escudos que permitam aos usuários filtrar proativamente o abuso que poderia ser colocado em quarentena para revisão e resposta. Esses sistemas também devem fornecer caminhos prioritários para mulheres jornalistas sob ataque e organizações de notícias que buscam denunciar violência online.
- Fornecer aos pesquisadores independentes autorizados acesso seguro e que preserva a privacidade a arquivos de conteúdo moderado e apelos de usuários em um formato padronizado, para permitir a transparência e auditorias independentes das decisões de moderação sobre ameaças feitas a mulheres jornalistas.
- Usar os resultados dessas auditorias independentes para ajustar as práticas de moderação humana e algorítmica, para encontrar um melhor equilíbrio entre proteger a liberdade de expressão e proibir o abuso.
- Implementar uma abordagem humana eficaz para moderação de conteúdo, juntamente com um processo de apelação oportuno e eficaz – incluindo sistemas eficazes para apelar contra recusas da empresa em agir contra conteúdo violento online e perpetradores.
- Relatar de forma transparente como moderadores humanos e algoritmos de inteligência artificial são treinados para detectar abusos online.

- Definir políticas eficazes para detectar e penalizar infratores reincidentes, para impedir que os mesmos abusadores assumam novas identidades online após medidas tomadas, como a suspensão da plataforma.
- Desenvolver marcadores para contas de perpetradores de abuso, semelhantes aos sistemas usados para identificar disseminadores de desinformação.
- Estabelecer regras claras e transparentes sobre o que constitui violência online e parar de abrir exceções para políticos, influenciadores, figuras públicas e outros usuários de alto perfil, cujo alto número de seguidores facilita a instigação de abusos.
- Criar ferramentas de moderação de conteúdo mais eficazes, que forneçam suporte suficiente para todos os idiomas em que seus serviços são-oferecidos (incluindo vernáculo ou gíria) e que sejam sensíveis a contextos culturais.
- As soluções técnicas devem ser apoiadas por pessoas familiarizadas com o contexto cultural, político, linguístico e religioso de um país e bem versados nos idiomas locais. Essas pessoas também devem possuir experiência em liberdade de imprensa, gênero e segurança jornalística e serem capazes de ajudar mulheres jornalistas sob ataque.
- Estabelecer forças-tarefa e realizar programas proativos para proteger as mulheres jornalistas de certos tipos de abuso, como a divulgação de imagens íntimas e doxxing.
- Tomar medidas efetivas contra o uso de bots e contas falsas para prevenir ataques coordenados que são frequentemente usados em violência online direcionada contra mulheres jornalistas.
- Conduzir avaliações regulares do impacto sobre os direitos humanos, bem como estudos retrospectivos sobre o problema, incluindo a revisão das políticas da empresa e respostas à violência online baseada em gênero, e torne as descobertas públicas.
- Fornecer relatórios detalhados de transparência sobre as ações tomadas a respeito da violência online contra mulheres jornalistas, discriminadas em nível nacional e incluindo métricas quantificáveis significativas, além do número total de contas removidas e postagens moderadas. Os relatórios também devem incluir recursos e seus resultados, juntamente com dados sobre notificações e respostas à violência online relatadas por mulheres jornalistas.

ANÁLISE

A UNESCO estabelece o primeiro diálogo por meio da interação entre a *redação jornalística* e as *participantes do estudo*. A perspectiva teórica se dá pela adoção do primeiro conceito como o princípio presente no diálogo. Isso implica que o discurso centrado na equipe editorial se direciona para a posição social, de onde partem um certo número de recomendações. Ao se referir a mulher como profissional de dentro do próprio veículo, há uma transmissão de valores e concepções internas, que são determinantes para apontar o contexto.

Em segundo lugar, as recomendações se direcionam às redes sociais. A interpretação da *plataforma online* como o objeto do discurso amplia as questões exploradas, como por exemplo, destaca a relação entre ambiente e circunstância. Na abordagem deste tópico, aplica-se o terceiro conceito, visto que a realidade social transmite influências na realidade individual. Ou seja, ao sugerir mudanças no algoritmo da plataforma, sentencia-se mudanças às contas individuais.

Por último, o documento faz menção a ações que se pressupõe serem destinadas ao Estado, organizações governamentais e sociedade. Ao definir políticas e medidas em resposta ao problema, o sujeito é citado no texto de forma bivocal no discurso indireto.

Em que pese a importância, a extensão e a credibilidade do estudo, observa-se a distância tanto entre a realidade das redações e do controle das plataformas com a realidade vivenciada pelas mulheres jornalistas nas redes digitais. Sabe-se que, apesar da presença cada vez maior das mulheres nas redações, estas são cada vez mais precarizadas com o advento das tecnologias digitais e esse fato se estende à atenção dada aos repórteres jornalistas em geral e às mulheres em especial. No caso das plataformas, a distância entre recomendações e mundo real se repete: há uma resistência enorme dessas big techs em acatar decisões governamentais, em todo o mundo, que se aplique às leis de cada país, e a internet acaba se tornando uma terra sem lei, com mentiras, desinformação, agressão e violência.

CONCLUSÃO

O artigo investigou brevemente de que forma o diálogo influenciou na interpretação das palavras e o funcionamento dialogal da linguagem. As interações foram compreendidas, revelando o ponto de interesse na superfície do discurso produzido pela UNESCO.

Os depoimentos não se ausentaram de ter perspectivas variadas. Portanto, conclui-se que é inviável sua natureza não ser ideológica, não ser dialógica em relação às condições sociais, políticas e culturais da atualidade, e destaca-se, finalmente, a distância entre a

situação ideal, recomendada pela UNESCO em relação aos diversos atores de também múltiplos campos de atividade com a violência real enfrentada pelas mulheres jornalistas.

REFERÊNCIAS

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

MEDIATALKS BY&CIA. **Unesco recomenda ações contra violência online a mulheres jornalistas**. São Paulo: Mediatalks, 2022. Disponível em: <https://mediatalks.uol.com.br/2022/05/28/estudo-unesco-recomenda-acoes-para-mitigar-violencia-online-contra-mulheres-jornalistas>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UNESCO. **THE CHILLING: Global Trends in Online Violence Against Women Journalists**. UNESCO, 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/publications/thechilling>. Acesso em: 26 jun. 2023.